

Paula Silveira-Barbosa
Universidade Federal de
Minas Gerais – UFMG

Dayane do Carmo Barretos
Universidade Federal de
Minas Gerais – UFMG

**Raabe César Moreira
Bastos**
Universidade Federal de
Minas Gerais – UFMG

Kellen do Carmo Xavier
Universidade do Estado de
Minas Gerais – UEMG

Joana Ziller Universidade
Federal de Minas Gerais –
UFMG



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

Diálogos entre estudos lésbicos e teoria queer nos periódicos da Comunicação no Brasil

*Dialogues Between Lesbian Studies and
Queer Theory in Communication Journals
in Brazil*

*Diálogos entre estudios lesbianos y teoría
queer en las revistas de Comunicación en
Brasil*

Silveira-Barbosa, P., do Carmo Barretos, D., Bastos, R., do Carmo Xavier, K., & Ziller, J. Diálogos entre estudos lésbicos e teoria queer nos periódicos da Comunicação no Brasil. *Revista Eco-Pós*, 28(2), 223–249. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v28i2.28492>

Dossiê **Rastros Queer na Comunicação**
<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>
ISSN 2175-8689 – v. 28, n. 2, 2025
DOI: 10.29146/eco-ps.v28i2.28492

RESUMO

De que modo os estudos em lesbianidades tensionam e enriquecem as pesquisas em comunicação que adotam uma perspectiva queer? Este texto se baseia em um mapeamento de artigos que abordam o termo *lésbica* no campo da comunicação, buscando compreender como essas pesquisas surgem a partir de olhares dissidentes. Apresenta as contribuições do pensamento lésbico para a teoria queer; analisa artigos publicados em periódicos brasileiros da Comunicação que se dedicam às lesbianidades; e discute as relações entre lesbianidades, teoria queer e comunicação no Brasil. Nas considerações finais, defende que, ao apoiar-se em concepções interseccionais, evitar moralismos e/ou criticar a homonormatividade, os textos sobre lesbianidades se aproximam de uma perspectiva queer, propondo que ela supere referências teóricas para compor uma epistemologia própria dos estudos de gênero e sexualidade na comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: *Estudos lésbicos; Teoria queer; Comunicação; Lésbica; Lesbianidades.*

ABSTRACT

How do studies on lesbianities challenge and enrich communication research that adopts a queer perspective? This text is based on a mapping of articles that address the term “lesbian” within the field of communication, aiming to understand how such research emerges from dissident viewpoints. It presents the contributions of lesbian thought to queer theory; analyzes articles published in Brazilian communication journals that focus on lesbianities; and discusses the intersections between lesbianities, queer theory, and communication in Brazil. In its final considerations, it argues that when grounded in intersectional conceptions, avoiding moralism and/or critiquing homonormativity, texts on lesbianities align more closely with a queer perspective—proposing that this perspective go beyond theoretical references to constitute a distinct epistemology within gender and sexuality studies in communication.

KEYWORDS: *Lesbian Studies; Queer Theory; Communication; Lesbian; Lesbianities.*

RESUMEN

¿De qué manera los estudios sobre lesbianidades tensionan y enriquecen las investigaciones en comunicación que adoptan una perspectiva queer? Este texto se basa en un mapeo de artículos que abordan el término “lesbiana” en el campo de la comunicación, con el objetivo de comprender cómo estas investigaciones emergen desde miradas disidentes. Presenta las contribuciones del pensamiento lésbico a la teoría queer; analiza artículos publicados en revistas académicas brasileñas de Comunicación que se centran en las lesbianidades; y discute las relaciones entre lesbianidades, teoría queer y comunicación en Brasil. En las consideraciones finales, se argumenta que, al apoyarse en concepciones interseccionales, evitar moralismos y/o criticar la homonormatividad, los textos sobre lesbianidades se acercan más a una perspectiva queer, proponiendo que esta trascienda las referencias teóricas para constituir una epistemología propia en los estudios de género y sexualidad en la comunicación.

PALABRAS CLAVE: *Estudios lésbicos; Teoría queer; Comunicación; Lesbiana; Lesbianidades.*

Submetido em 27 de maio de 2025.

Aceito em 12 de setembro de 2025.

Introdução

Como os estudos em lesbianidades tensionam e contribuem para as pesquisas em comunicação que adotam uma perspectiva queer? Este artigo apoia-se em um mapeamento dos estudos sobre lesbianidades no campo da comunicação, buscando compreender como a produção acadêmica se desenvolve a partir de olhares dissidentes — ou voltados para as dissidências¹. Frequentemente, identidades como gays, lésbicas e bissexuais são colocadas em oposição ao queer; entretanto, Preciado indica um caminho distinto, que desafia essa dicotomia e convida a repensar essas categorias dentro de uma perspectiva mais abrangente e complexa.

Não precisamos cair na armadilha da leitura liberal ou neoconservadora de Foucault que nos levaria a pensar as multidões *queer* em oposição às estratégias identitárias, tendo a multidão como uma acumulação de indivíduos soberanos e iguais perante a lei, sexualmente irreduzíveis, proprietários de seus corpos (Preciado, 2011, p. 14).

O autor defende a ideia de uma multidão queer, formada pela justaposição de grupos tão diversos quanto “movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais [...]” (Preciado, 2011, p. 14), reforçando a necessidade de resistir ao processo de normalização. Segundo Preciado (2011), a questão queer não reside no apagamento das identidades, mas na reapropriação sexopolítica² dos corpos, desterritorializando-os da heterossexualidade.

Remetendo à pensadora lésbica Wittig, Preciado propõe uma leitura da afirmação “lésbicas não são mulheres” que possibilita “opôr-se à desidentificação, à exclusão da identidade lésbica como condição de possibilidade de formação do sujeito político do feminismo moderno” (Preciado, 2011, p. 15). Dessa forma, aponta para identificações estratégicas que constituem tanto o pensamento quanto a ação queer, produzindo identidades que resistem à normalização e aos apelos da universalização.

¹ Este trabalho é um desdobramento de dois projetos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (APQ 020813-24 e APQ 01686-22), a quem agradecemos pelo apoio, assim como à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Preciado parte do conceito de biopolítica de Foucault para propor a ideia de sexopolítica, que explica como “uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo” (2011, p. 11), fazendo do sexo — como prática, configuração genital e códigos normativos —, dos discursos que o envolvem e das tecnologias normativas agentes de controle da vida.

É nesse sentido que abordamos as lesbianidades. Partimos do pressuposto de que não é possível definir *a lésbica* por fronteiras rígidas, pois, ao tratarmos de sexualidade, assim como de gênero, lidamos com “uma atribuição que nunca é plenamente mantida conforme a expectativa, já que as pessoas a quem essas atribuições são dirigidas jamais habitam completamente o ideal ao qual são forçadas a se assemelhar” (Butler, 2023, p. 382).

Uma definição das lesbianidades que imponha fronteiras rígidas não é apenas impossível, mas também indesejável. Retomamos Butler ao discutir o significado do termo “mulher”: “esse termo não descreve um setor preexistente, mas é, contudo, parte da própria produção e formulação desse setor que é perpetuamente renegociado e rearticulado em relação a outros significantes do campo político” (Butler, 2023, p. 325). É justamente essa flexibilidade no significado de mulher que possibilita deslizamentos semânticos, assegurando que o termo possa transformar-se continuamente, mantendo-se como um espaço permanente de reformulação e rearticulação, capaz de aglutinar ao longo do tempo uma coletividade diversa e ampla.

Assim como não é desejável para *mulher*, uma definição exaustiva de *lésbica*, ao restringir as pessoas que abarca, esvaziaria politicamente o termo já no momento em que fosse descrito, além de torná-lo obsoleto com o passar do tempo. Afinal, como defende Butler, a “resistência a todo essencialismo e todo descritivismo” (Butler, 2023, p. 325) é que nos permite seguir negociando significados, abarcando novas práticas e experiências. Faz, portanto, com que o uso do termo continue produzindo sentido.

A partir desse movimento, compreendemos as lesbianidades tanto como possibilidade de identidade quanto como prática. Identificar-se como lésbica pode significar, do ponto de vista identitário, ser uma mulher que mantém relações afetivo-sexuais com outra mulher, mas essa identidade também é acessível a pessoas que não reivindicam a categoria mulher — como as sapatonas não-binárias. Por outro lado, a lesbianidade pode não ser explicitamente assumida como identidade por mulheres que têm relações sexuais ou afetivas com outras mulheres, ou mesmo por aquelas que, sem vivenciar essas experiências, apenas performam uma feminilidade não normativa, percebida externamente como butch. Nesses casos, configuramos a lesbianidade como uma prática desvinculada de uma identidade fixa.

O termo *lesbianidades*, no plural, remete às múltiplas formas de ser lésbica. Nossas experiências são atravessadas por diversas tensões que se articulam intimamente com a sexualidade, assim como com questões de gênero, raça, classe, peso e idade (Ziller *et al.*, 2022b). A sexualidade, contudo, não se configura necessariamente como uma dissidência corporal isolada, mas negocia de forma complexa com outras marcações — como peso, raça, deficiência e idade — que definem o corpo e a materialidade de sua expressão.

Nesse contexto, a interseccionalidade (Akotirene, 2019) assume papel central para compreendermos nossas vivências, recusando a homogeneização das lesbianidades e o apagamento das dinâmicas de resistência, privilégio e opressão que as atravessam (Ziller *et al.*, 2022b). É fundamental reconhecer que tentar traçar uma definição fechada do que é ser lésbica é inviável, já que esse não é um grupo homogêneo ou dotado de coerência fixa — o que equivaleria a aprisionar corpos em construtos conceituais. Tal delimitação pode funcionar como uma armadilha, uma vez que restringir práticas e identidades a limites rígidos alimenta essencialismos que sufocam a diversidade e a pluralidade dessas experiências.

Nos exemplos mencionados e em muitos outros, ser lésbica não se opõe a ser queer. Pelo contrário, o coletivo das “sapatas’ que não são mulheres, das bichas que não são homens, das trans que não são nem homens nem mulheres” (Preciado, 2011, p. 15) constitui um elemento essencial da multidão queer, revelando a diversidade e a complexidade que desafiam categorias fixas e ampliam a compreensão das identidades dissidentes.

O termo *queer* e seu uso no meio acadêmico possuem uma relação profunda e histórica com os estudos lésbicos. A pensadora lésbica chicana Glória Anzaldúa, inclusive, é reconhecida como uma das precursoras do emprego do conceito *queer*. Além dela, destacam-se figuras fundamentais como Audre Lorde, Monique Wittig, Teresa de Lauretis, Gayle Rubin e Judith Butler, bem como homens trans como Jack Halberstam, Sam Boucier e Paul B. Preciado, todos com ligações significativas às lesbianidades ou aos estudos lésbicos, e que contribuíram de maneira decisiva para a construção e o desenvolvimento da teoria queer.

No entanto, entre esses autores, não há nenhum foco específico na área de Comunicação. Para compreender como os estudos lésbicos tensionam e contribuem para as pesquisas nesse campo, realizamos em 2023 um mapeamento dos artigos publicados nos 84 periódicos de Comunicação listados pela Compós em seu site. Consultamos todos esses

periódicos e, por meio de seus mecanismos de busca, localizamos textos que incluíam os termos gay, lésbica, bissexual, transexual, transgênero, travesti, LGBT e homossexual (Ziller *et al.*, 2023). Neste momento, nos concentraremos na análise de parte dos artigos que abordam especificamente o termo lésbica.

Esse debate se organiza a partir da perspectiva desenvolvida pelo Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFGM), que tem investigado a Comunicação sob o olhar dos estudos em lesbianidades combinados a uma abordagem queer, propondo uma visão não essencialista das práticas e identidades.

Partimos, portanto, das contribuições do pensamento lésbico para a teoria queer, analisamos os artigos que abordam o termo lésbica em nosso levantamento e refletimos sobre as conexões entre os estudos em lesbianidades, a teoria queer e os textos publicados nos periódicos do campo da Comunicação.

1 Contribuições do pensamento lésbico

Neste tópico, apresentamos alguns dos principais conceitos e contribuições oriundos dos estudos lésbicos, os quais podem ser mobilizados tanto no âmbito da teoria queer quanto em pesquisas em comunicação que adotam essa perspectiva. Sem a pretensão de esgotar o conjunto de obras das autoras de referência no campo, buscamos destacar produções que tiveram impacto significativo em seu contexto de origem e que continuam a reverberar no presente. Com isso, damos continuidade ao argumento central deste artigo, ao mesmo tempo em que evidenciamos as lesbianidades como um campo legítimo e potente de produção de conhecimento.

Pelo menos desde a década de 1980, há registros de pesquisadoras dedicadas à produção do que hoje denominamos estudos lésbicos. Uma das publicações mais influentes desse período é o ensaio *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*, de Adrienne Rich (1929–2012). Estadunidense de origem parcialmente judia³, Rich analisou a heterossexualidade não apenas como uma preferência sexual ou afetiva *inata*, mas como uma instituição política estruturante. No referido ensaio, a autora destaca que a obrigatoriedade da

³ Adrienne Rich era filha de pai judeu e mãe seguidora da igreja episcopal, religião em que foi criada. Optou pelo judaísmo ao se casar, muito tocada pelo Holocausto e pela perseguição aos judeus, e declara que seu hábito de sempre ter a estrela de Davi pendurada ao pescoço era uma forma de combater o racismo e a discriminação contra o povo judeu (Hirsch, 2024).

heterossexualidade, especialmente imposta às mulheres, é mantida por meio de mecanismos como o cerceamento da sexualidade feminina, a violência sexual e a imposição social do casamento e da maternidade.

Adrienne Rich, no mesmo ensaio, introduz o conceito de *continuum lésbico* ou *existência lésbica*, situando a lesbianidade dentro de uma perspectiva histórica dinâmica. Por meio dessa noção, ela enfatiza a constante reelaboração da categoria, construída a partir das diversas práticas de mulheres, independentemente de se identificarem explicitamente como lésbicas⁴. Importante destacar que, para Rich, a lesbianidade transcende as dimensões romântica e sexual, configurando-se também como “um vínculo contra a tirania masculina, o dar e receber de apoio prático e político” (Rich, 2010, p. 36). Essa abordagem amplia a compreensão da lesbianidade para além das identidades fixas, ressaltando sua dimensão coletiva e política.

Monique Wittig (1935–2003) é outra autora pioneira desse período, cuja obra dialoga de maneira similar à de Adrienne Rich, especialmente ao abordar a heterossexualidade sob uma perspectiva política. Francesa radicada nos Estados Unidos e influenciada pelo feminismo materialista francês, Wittig concebe a heterossexualidade como um regime sustentado por relações de dominação política, econômica e sexual, nas quais os homens se impõem sobre as mulheres. Essa análise crítica contribui para desconstruir a naturalização da heterossexualidade, evidenciando sua função estrutural na manutenção das desigualdades de gênero.

Apesar do longo histórico de violência utilizado para impor e manter a heterossexualidade como norma social, Wittig reconhece a possibilidade de resistência e deserção desse regime nas existências e práticas de cada lésbica que subverte as expectativas sociais vinculadas à categoria mulher. É a partir dessa perspectiva crítica que a autora define a lésbica como um conceito que transcende as categorias tradicionais de sexo, desafiando as fronteiras fixas e propondo uma compreensão que ultrapassa marcadores biológicos (Wittig, 1992, p. 20).

⁴ Utilizamos o termo como sinônimo para “lésbica” apenas para evitar a repetição e favorecer a fluidez do texto.

As produções de ambas as autoras constituíram bases fundamentais para o pensamento lésbico, além de desafiar estudos e ativismos feministas que, até então, evitavam aprofundar a temática da sexualidade. No entanto, ambas as autoras apresentaram limitações em relação às questões raciais, chegando, inclusive, a traçar paralelos entre as opressões de gênero e sexualidade e a opressão racial (Rich, 2010; Wittig, 1992). É importante enfatizar que, embora racismo, homofobia e misoginia possam operar de maneira interligada e se retroalimentar, cada uma dessas formas de opressão possui características específicas, o que torna inviável a sua equiparação.

Autoras como Audre Lorde (1934-1992) e Gloria Anzaldúa (1942-2004) também apresentaram suas contribuições aos estudos lésbicos, interrogando não apenas os estudos feministas, mas também a ausência de reflexão sobre questões raciais no campo das lesbianidades. Tal feito tem início ainda nos anos 1970, mas é intensificado na década seguinte. Lorde, por exemplo, no contexto de enfrentamento às propostas da direita estadunidense no início dos anos 1980, publica seu clássico *Não há hierarquia de opressões* (1983). Nele, a autora ressalta que o *Family Protection Act*⁵, ora em voga, representava um ataque simultâneo às mulheres, aos negros⁶ e à comunidade gay. Diante disso, Lorde salienta o problema da fragmentação identitária, defendendo uma articulação política interseccional.

Dentro da comunidade lésbica, eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres Negras fazemos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra, porque milhares de lésbicas e gays são Negros. Não há hierarquia de opressão. [...] E não posso me dar ao luxo de escolher entre as frentes em que devo combater essas forças da discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecerem para me destruir, não irá demorar muito para que elas apareçam para destruir você (Lorde, 1983, p. 9, tradução nossa)⁷.

⁵ Projeto que visava restringir direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e adolescentes, além permitir que famílias interferissem no conteúdo escolar apresentado a crianças.

⁶ Como intelectual e escritora, Lorde (2007) buscou materializar suas perspectivas não só de forma teórica, mas também estética em seus textos. Exemplo disso é que grafava a palavra 'negra(o)' sempre com a inicial em caixa alta. Esse uso não apenas qualificava substantivos como *mulher* ou *lésbica*, mas também se distinguia como expressão com importância particular, como ocorre com nomes próprios e conceitos (Lorde, 2007).

⁷ No original: Within the lesbian community I am Black, and within the Black community I am a lesbian. Any attack against Black people is a lesbian and gay issue, because I and thousands of other Black women are part of the lesbian community. Any attack against lesbians and gays is a Black issue, because thousands of lesbians and gay men are Black. There is no hierarchy of oppression. [...] And I cannot afford to choose between the fronts upon which I must battle these forces of discrimination, wherever they appear to destroy me. And when they appear to destroy me, it will not be long before they appear to destroy you (Lorde, 1983, p. 9).

Gloria Anzaldúa, em perspectiva semelhante, rejeita e denuncia a fragmentação identitária. Para ela, separar as múltiplas facetas que constituem a identidade é uma impossibilidade, pois estas estão continuamente em diálogo e interação, revelando sua concepção da identidade como um processo dinâmico e fluido. Essa abordagem também evidencia sua divergência em relação a outras teóricas lésbicas, que, frequentemente, não aprofundam a dimensão racial em suas análises. Anzaldúa, assim, amplia o debate ao integrar as interseccionalidades de raça, cultura e gênero, enfatizando a complexidade das identidades que se formam na intersecção dessas categorias.

Monique Wittig clama que uma lésbica não é uma mulher porque mulher só existe em relação a homens; mulher é parte da categoria do sexo (homem e mulher) a qual é um construto heterossexual. Similarmente, para mim uma mulher-de-cor não é apenas uma “mulher”; ela carrega as marcas de sua raça, ela é generada como um ser racial – não apenas um ser gerado. No entanto, mulheres-de-cor não intelectuais, da classe trabalhadora, não têm o luxo de pensar em tais nuances semânticas e teóricas, menos ainda de isentarem-se da categoria “mulher”. Então, mesmo que eu veja a distinção, eu não a fico forçando (Anzaldúa, 2021, p. 101-102).

A articulação intrincada entre as relações de poder racial, sexual, territorial, de classe e outros marcadores, assim como a própria apropriação do termo *queer* em textos acadêmicos, tem sido reconhecida como uma ação pioneira de Gloria Anzaldúa. Mais do que isso, sua produção é vista como um marco precursor da teoria queer e, em especial, da crítica *Queer of Color*⁸ (Rea, 2018).

Além da autora chicana, destacamos que o pensamento lésbico contribui significativamente para o desenvolvimento da teoria queer ao revelar a dimensão política da sexualidade, desafiar modelos binários rígidos e propor perspectivas plurais e inclusivas voltadas para a superação das múltiplas opressões de gênero (Rea, 2018; Boucier, 2022; Moita; Ahlert, 2023).

⁸ A teoria e a crítica queer of color abordam questões de gênero, sexualidades, racismo, colonialidade, genocídio, escravidão, pós-escravidão e exploração de classe, utilizando o conceito de ‘queer’ tanto como substantivo, verbo e adjetivo, isto é, para designar uma ação, mas também uma forma crítica específica (Bacchetta; Falquet, Alarcón, 2011).

Neste tópico, é pertinente destacar o pensamento de Gayle Rubin (1949–), autora lésbica norte-americana, professora, pesquisadora e ativista em atividade desde a década de 1980. Antropóloga de formação e reconhecida como uma das precursoras da teoria queer, Rubin elaborou conceitos fundamentais, como o sistema sexo/gênero, e se engajou no feminismo pró-sexo, campo no qual contribuiu com importantes reflexões sobre as relações sexuais não reprodutivas, especialmente aquelas estabelecidas entre mulheres e outros grupos marginalizados.

Em seu ensaio *Thinking Sex*, publicado originalmente em 1984, Rubin (1993) responde às tentativas de restringir a sexualidade dentro do pensamento feminista, incluindo no campo dos estudos lésbicos, onde algumas teóricas passaram a defender posições anti-pornografia e anti-sadomasoquismo em suas produções acadêmicas. Entre essas autoras, destacam-se referências canônicas discutidas anteriormente, como Adrienne Rich e Audre Lorde.

Por meio de uma digressão histórica, a antropóloga traça um panorama das normas e estatutos que regulam a sexualidade desde tempos remotos até o momento da elaboração do texto, evidenciando que práticas homoeróticas e fetichistas continuavam a ser criminalizadas em diversos países. Em contrapartida, as condutas sexuais consideradas normativas gozavam não apenas de aceitação social, mas também de proteção institucional. Para Rubin, essa disparidade revela de maneira contundente a dimensão política do sexo, além de destacar a necessidade crucial de se distinguir analiticamente as categorias de gênero e sexualidade, compreendendo-as em suas especificidades e funções sociais distintas.

Por fim, destacamos a renovação significativa pela qual os estudos lésbicos vêm passando desde a década de 1990, impulsionada pela emergência dos feminismos decoloniais/descoloniais, protagonizados especialmente por lésbicas latino-americanas. Esse movimento crítico tem ampliado os horizontes teóricos e políticos do campo ao questionar as epistemologias hegemônicas e ao reivindicar saberes situados, enraizados em experiências históricas e territoriais específicas. Entre as principais vozes desse processo, destacam-se as dominicanas Ochy Curiel (1963–) e Yuderkys Espinosa-Miñoso (1967–), bem como a argentina radicada nos Estados Unidos María Lugones (1944–2020), cujas contribuições têm sido fundamentais para articular sexualidade, raça, colonialidade e resistência.

María Lugones nos legou o conceito de sistema moderno colonial de gênero, que tem influenciado profundamente os estudos feministas, o pensamento decolonial e, de forma complementar, o próprio pensamento lésbico. Sua formulação surge como resposta àquilo que denomina indiferença — por parte de intelectuais comprometidos com lutas libertadoras — diante da violência estruturante imposta por agentes coloniais para consolidar seus modos de vida, incluindo a normatividade da heterossexualidade (Lugones, 2020).

Em *Colonialidade e gênero*, María Lugones destaca que a subjugação das mulheres indígenas e africanas escravizadas ocorreu por meio de uma violação heterossexual durante as incursões coloniais. Para a filósofa, esse ato revela a tentativa colonial de universalizar a heterossexualidade, impondo-a como norma única e desmantelando outras formas de organização social que não se baseavam nas hierarquias de gênero e sexualidade. Essa análise evidencia como a violência sexual foi um instrumento central no projeto colonial para instaurar um sistema de dominação que atravessa até hoje as estruturas sociais (Lugones, 2020).

2 Os estudos sobre lesbianidades na Comunicação

Em um levantamento realizado a partir dos termos LGBT, homossexual, gay, lésbica, bissexual, transexual, transgênero e travesti na lista de 84 (oitenta e quatro) periódicos da área de Comunicação, publicada pela Compós em seu site⁹, foram recuperados 263¹⁰ (duzentos e sessenta e três) textos publicados entre 1993 e 2022 que abordam dissidências de gênero e sexualidade. Desses, 22 (vinte e dois) textos mencionam o termo lésbica, mas apenas nove atribuem às lesbianidades uma centralidade efetiva. É a partir dessa seleção, aliada ao nosso histórico de pesquisa em lesbianidades, que nos propomos a demonstrar as contribuições das perspectivas lésbicas para os estudos queer e para a Comunicação no Brasil.

As pesquisadoras e pesquisadores que abordam a lesbianidade de forma recorrente ainda são poucos, muito poucos. No entanto, sua presença se faz notar, como demonstra a publicação conjunta de três textos de nossa amostra (Lima; Lyra; Magno, 2018; Brandão; Sousa, 2020; Nascimento da Silva, 2020) em um mesmo volume da *Revista Rebeca*. Em 2020,

⁹ Acessamos todos os periódicos listados e, em seu mecanismo de busca, procuramos por textos com os termos *LGBT, homossexual, gay, lésbica, bissexual, transexual, transgênero e travesti*.

¹⁰ Dos 263 (duzentos e sessenta e três) textos constantes do mapeamento, 97 (noventa e sete) artigos foram recuperados a partir das buscas por *gay*, 88 (oitenta e oito) para *LGBT*, 59 (cinquenta e nove) para *homossexual*, 33 (trinta e três) para *transgênero* e/ou *transexual*, 22 (vinte e dois) para *lésbica*, 20 (vinte) para *travesti* e 10 (dez) para *bissexual*.

essa revista dedicou um dossiê ao tema *Cinemas e audiovisuais queer/kuir/cuir no Brasil e na América Latina*, cujo conteúdo abordaremos com mais profundidade adiante.

Publicado em 2014, *Lésbicas na Telenovela O Rebu: O Romance entre Glorinha e Roberta* é o trabalho mais antigo de nossa amostra. Nele, Guilherme Moreira Fernandes revisita os roteiros da telenovela *O Rebu* (Rede Globo, 1974-1975), cujos capítulos completos permanecem inacessíveis. Primeira telenovela da TV Globo a apresentar um relacionamento entre mulheres, *O Rebu* foi exibida durante o período da ditadura militar. Embora discreta na representação do vínculo entre Glorinha e Roberta — personagens interpretadas por Isabel Ribeiro e Regina Vianna, respectivamente —, a trama abre espaço para refletir sobre como os arranjos heterossexuais historicamente favorecem os homens, além de conferir ao casal lésbico um desfecho feliz. Segundo Fernandes (2014, p. 17), essa narrativa positiva não se repetiu nas representações lésbicas posteriores, como as presentes em *Os Gigantes* (1979) e no seriado *Malu Mulher* (1979), que “não apresentaram um casal de lésbicas nem um final feliz”. Por sua vez, as homossexualidades masculinas ganharam maior visibilidade nas telenovelas que sucederam *O Rebu* durante a ditadura, como em *O Grito* (1975), *O Astro* (1977), *Dancin’ Days* (1978), *Marron Glacé* (1979), *Brilhante* (1981) e *Partido Alto* (1984) (Fernandes, 2014).

A representação lésbica nas mídias também é abordada a partir do cinema em três trabalhos da amostra. A performance queer na dupla encenação do filme *The Watermelon Woman* (Lima; Lyra; Magno, 2018) não apenas tematiza as lesbianidades como sexualidades dissidentes, mas também discute o tratamento dado pelo filme *The Watermelon Woman* (1996) às questões de diferença racial e à figura da sapatão como “uma construção que perturba o feminino tradicional” (Lima; Lyra; Magno, 2018, p. 156). Essa análise evidencia uma das maneiras pelas quais as lesbianidades desafiam “a ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares” (Lima; Lyra; Magno, 2018, p. 157), subvertendo normas e desestabilizando categorias fixas de gênero e sexualidade.

Em *Bodylands: para além da in/visibilidade lésbica no cinema: brincando com água* (Brandão; Sousa, 2020), as autoras ressaltam que “a discussão em torno da in/visibilidade lésbica não se encerra na questão da representação ou da representatividade” (Brandão; Sousa, 2020, p. 101). Para elas, essa in/visibilidade configura uma política que reivindica a consciência, percepção e compreensão de que existem modos de vida, corpos e desejos

diversos que se movem e deslizam insubmissos para além do domínio cisheteropatriarcal e suas estratégias de controle, atravessando e extrapolando as imagens (Brandão; Sousa, 2020, p. 101-102).

A presença desejada não é aquela da imagem que paralisa e uniformiza a existência, como se alheia ao caráter fluido da experiência e às complexas intersecções entre marcadores sociais como gênero, sexualidade, raça, capacidade, lugar e classe. Assim, “não adianta contabilizar as ‘aparições’ da lésbica no cinema, em um exercício perverso que só pode levar a uma conclusão: ela falta, elas faltam, pois são múltiplas as existências lésbicas” (Brandão; Sousa, 2020, p. 101). O interesse das autoras ultrapassa a simples proposição de que a figura da lésbica desestabiliza a ordem heteronormativa, abrindo espaço para refletir sobre as formas plurais e dinâmicas que as lesbianidades se manifestam e resistem.

Nos colocamos diante do corpo do filme e dos corpos e existências lésbicas que ele sugere, como amantes dispostas a investir no prazer comum, compartilhado por uma comunidade heterogênea de existências lésbicas — comuna sapatão —, sem jamais intentar ser “como uma”. Nossa aposta, nesse sentido, é na invenção de outros modos de nos relacionarmos com as imagens do cinema e com as operações do (in)visível/(in)dizível que elas promovem, nos deixando atravessar por forças (talvez ainda não conhecidas) que acionem nossos corpos e sentidos, para exercitar um prazer *queer* investido de desejo e entrega (Brandão; Sousa, 2020, p. 108).

A “fabulação teórica” (Brandão; Sousa, 2020, p. 117) proposta pelas autoras busca romper com a dicotomia sujeito/objeto do olhar no cinema, conforme criticada por Laura Mulvey (2018). Essa “inventariação lésbica” (Brandão; Sousa, 2020, p. 115), inspirada no *Borderlands/La Frontera* de Anzaldúa (2007) e no pensamento de coalizão de Lugones (2020), não pretende apagar ou suavizar as diferenças, mas sim fomentar o reconhecimento mútuo dos mundos que se manifestam entre elas.

A noção de *bodylands* apresentada por Brandão e Sousa (2020) reivindica tanto o ato de se ver e ser vista na imagem quanto a possibilidade de construir nela “uma morada, uma casa, um ambiente em que ela mesma se reconheça pela pertença” (Brandão; Sousa, 2020, p. 110), ressignificando o lugar da imagem como espaço de pertencimento e acolhimento identitário. Essa abordagem amplia o debate sobre representações ao deslocar o foco da

simples visibilidade para a complexidade das experiências subjetivas e suas múltiplas interseccionalidades.

Em *Do Cinema Novo ao vídeo lésbico feminista: a trajetória de Norma Bahia Pontes* (Perez, 2020), a obra e os deslocamentos da crítica e realizadora lésbica Norma Bahia Pontes (1941–2010) são minuciosamente investigados. A trajetória de Norma atravessa geografias — do Brasil aos Estados Unidos — e mídias — do cinema ao vídeo —, além de transitar entre campos teóricos, da sociologia marxista às teorias feministas. Nesse movimento, a pesquisa não se limita a recuperar vestígios da atuação de Norma, mas busca capturar a dinâmica de seu trabalho e vida, permitindo vislumbrar suas múltiplas mobilidades e transformações.

O percurso também é a base para a articulação das andanças expressas em “Flores Raras – Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos” (Lahni; Auad, 2022):

Deixamos os mapas para quem se coloca em registro estático, com fronteiras demarcadas e destinos previa e limitadamente definidos. No nosso caso, nossos movimentos, chegadas, partidas, encontros, despedidas e reencontros se colocam como deslocamentos, que mobilizam afetos, saberes e múltiplos recursos que se colocam ativamente na construção de nossas subjetividades, assim como do ensino que ministramos, do conhecimento que produzimos em pesquisa, da extensão que tecemos em comunidade (Lahni; Auad, 2022, p. 288).

Lahni e Auad (2022), ora narrando em primeira pessoa, ora em terceira, não delegam a outras a tarefa de costurar os vestígios de sua trajetória no grupo Flores Raras. Pelo contrário, assumem o protagonismo em organizar narrativamente sua história de parceria amorosa e militância política. Entre reflexões teóricas e relatos autobiográficos, as autoras oferecem um panorama do próprio trabalho de ensino, pesquisa e extensão, construindo um rico repertório de referências para quem deseja se aprofundar nos feminismos lésbicos que articulam práticas políticas interseccionais e transinclusivas. Nesse contexto, as mulheres LBTs se posicionam como “foco das pesquisas e militância do Flores Raras” (Lahni; Auad, 2022, p. 296), evidenciando a centralidade dessas identidades na construção de um ativismo plural e inclusivo.

Em consonância com as reflexões de Brandão e Sousa (2020), Lahni e Auad (2022) reivindicam condições que possibilitem a identificação e o reconhecimento das múltiplas formas de viver e expressar a sexualidade. Defendendo o dinamismo e a fluidez dos sujeitos e suas coletividades, as autoras propõem as *Topografias Feministas* como uma “teoria das

mulheres em movimento”, que se afastam das cartografias capazes de “restringir, limitar e até interditar” seus trajetos, perseguindo a “dinâmica ideia de não se deixar patrulhar” (Brandão e Sousa, 2020, p. 301-302).

Em sintonia com as reflexões de Brandão e Sousa (2020), as autoras reivindicam espaços de identificação e reconhecimento para as múltiplas formas de expressão e vivência da sexualidade. Defendendo o dinamismo e a fluidez tanto dos sujeitos quanto de suas coletividades, Lahni e Auad (2022) apresentam suas *Topografias Feministas* como uma “teoria das mulheres em movimento”, que se afastam de cartografias que possam “restringir, limitar e até interditar”, em busca de “uma dinâmica ideia de não se deixar patrulhar” (Lahni; Auad, 2022, p. 301-302).

Nascimento (2020), em “Sobre sapatões e visibilidades: Notas de pesquisa e vivência” (Nascimento, 2020, p. 70), problematiza a ideia de uma visibilidade regulada, entendida como um processo que limita e controla as formas pelas quais as sapatões podem se expressar e serem reconhecidas socialmente. Essa regulação cria fronteiras que condicionam quais corpos, desejos e identidades são legítimos ou aceitáveis dentro dos espaços públicos e privados, impondo normas que, muitas vezes, obscurecem ou silenciam as diversidades presentes nas existências lésbicas.

Já em “Sobre *sapatões* e visibilidades: Notas de pesquisa e vivência”, Nascimento (2020, p. 70) discute uma visibilidade regulada, em que:

temos uma visibilidade que apresenta corpos brancos (até 2013, dos 126 personagens LGBTIs em telenovelas, apenas quatro eram negros), reafirmando feminilidades, casadas (ou em relacionamentos estáveis), monogâmicas, procriativas, com práticas sexuais privadas, sem uso de objetos manufaturados (NASCIMENTO, 2015), atendendo perfeitamente aos valores da heteronormatividade e à hierarquia do sexo (RUBIN, 2017) estabelecida socialmente (Nascimento, 2020, p. 74).

A precariedade imposta às dissidências pelas normas sociais não se distribui de maneira homogênea. A autora recorre a Lugones para argumentar que, fragmentados pela colonialidade, habitamos corpos que transitam entre o diferente e o dissidente — existências que desafiam os dualismos normativos tradicionais. Esses corpos ocupam *entre-lugares*,

navegando a partir de uma consciência mestiça, conceito que remete à obra de Anzaldúa, e que revela a complexidade e fluidez das identidades que rompem com categorias fixas e binárias.

A discussão sobre a distribuição desigual de visibilidade, resultante do entrecruzamento de marcadores sociais que reforçam normas e subalternizam diferenças, também se estende aos trabalhos da amostra que abordam a mídia a partir dos espaços on-line, em especial nas plataformas de mídias sociais. Estabelecendo diálogos entre os estudos decoloniais e queer, os artigos *Corpos, gênero e sexualidade em telas* (Vieira Filho; Fonseca, 2022), *Sapatão+: lesbianidades negras, gordas, mais velhas e com deficiência nas plataformas de mídias sociais* (Ziller et al., 2022a) e *A importância de um olhar interseccional nas pesquisas em plataformas digitais: análises sobre lesbianidades* (Barretos et al., 2022) convergem na preocupação com as imagens das lesbianidades que emergem dos regimes visuais característicos dessas plataformas.

As lesbianidades ganham destaque nas análises de Vieira Filho e Fonseca (2022) sobre pornografia, ao ocuparem o primeiro lugar entre as cinco categorias mais buscadas no Pornhub no Brasil — seguidas, respectivamente, por Brazilian, Amateur, Anal e Hentai — conforme dados do Insights publicados em 2019¹¹. De modo geral, o trabalho dos autores expressa preocupação com:

a urgência de se problematizar os âmbitos do pornográfico, fundamentalmente o que está sendo circulado, criado e compartilhado em plataformas de pornografia, como o Pornhub e tantos outros, que lucram bilhões com a comercialização dos corpos, fixam padronizações, intensificam violências, opressões e hierarquizações generificadas, corroboram as condições potenciais de vulnerabilidades, contribuem amplamente para a concepção de memórias e para o olhar voyeur de homens (Vieira Filho; Fonseca, 2022, p. 163).

Compreendendo o Pornhub como um espaço em que a visibilidade se organiza segundo as hierarquias de poder e saber próprias da modernidade colonial e capitalista, a presença de termos que designam corporalidades específicas de determinados sujeitos é interpretada como uma afirmação intrínseca dessas desigualdades na distribuição do poder, uma vez que:

¹¹ Pornhub Insight. 2019 Year in review. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2019-year-in-review>. Acesso em: 6 maio 2025.

Diante dos dados apresentados [...], observamos a manutenção de padrões de busca que continuam colocando relações de poder como articuladoras de desejos e imaginários. Não podemos falar sobre o que efetivamente produz libido, seguimos uma ideia psicanalítica que associa esse desejo aos exercícios de dominação. Para tanto, dominar significa estar no mais alto lugar da cadeia social: do homem cisheteropatriarcal (Vieira Filho; Fonseca, 2022, p. 164).

A partir do *ranking* dos termos mais buscados no Brasil, a crítica decolonial à posição privilegiada ocupada por homens brancos cisheteropatriarcais oferece as bases para se discutir questões como “a redução da mulher ao sexo, como se fosse objeto para desfrute dos homens” (Vieira Filho; Fonseca, 2022, p. 160) e “a sexualização do corpo negro” (Vieira Filho; Fonseca, 2022, p. 161). A alta incidência de buscas também pelos termos *futa* — “gênero que traz representações para a intersexualidade” — e “transgênero” abre diálogo no trabalho para como os altos índices de assassinato a pessoas trans no Brasil dizem de “vivências apagadas e, em grande parte, relegadas ao feitiche sexual” (Vieira Filho; Fonseca, 2022, p. 162).

Sem um contraponto que parta também das próprias lesbianidades, os pornôns categorizados como lésbicos são frequentemente interpretados, à luz de Rich (2010), como um fetiche voltado ao olhar masculino, em que as relações sexuais entre mulheres ganham visibilidade principalmente por compor um objeto de desejo para homens. Conforme aponta Rich, “a chamada pornografia lésbica, criada para o olhar voyeurístico masculino, é igualmente vazia de conteúdo emocional e personalidade individual” (Rich, 2010, p. 26), evidenciando como essas representações reduzem a complexidade das relações e experiências entre mulheres a uma performance desprovida de autenticidade e profundidade afetiva.

Entendendo os termos buscados como marcadores de diferenças “pensadas para sustentar os locais de privilégios e superioridades almejados pelos europeus”, Vieira Filho e Fonseca (2022) destacam que “muitos indivíduos socialmente marcados como abjetos são transformados, nas produções e buscas da plataforma, em objetos de desejo fetichizado” (Vieira Filho; Fonseca, 2022, p. 165). Nessa perspectiva, denuncia-se uma visibilidade confinada aos espaços pornográficos — territórios do oculto e do proibido — que contrapõe um projeto de invisibilidade nos espaços públicos e coletivos, onde esses mesmos corpos sofrem constrangimentos cotidianos. Assim, os autores interpretam o Pornhub como um espaço de “uso voyeur” que contribui “para reforçar violências contra corpos que fogem das

normatividades” (Vieira Filho; Fonseca, 2022, p. 165). Essa análise alinha-se a algumas das primeiras teóricas do feminismo lésbico e queer citadas, embora careça de interlocução com outras autoras, como Rubin e Preciado, cujas posições se apresentam menos conservadoras e mais complexas.

A presença das lesbianidades em Vieira Filho e Fonseca (2022) ocorre de forma mais paralela, em contraste com os textos de Ziller *et al.* (2022a) e Barretos *et al.* (2022), onde emergem como verdadeiro centro das atenções. Nesses trabalhos, observa-se um investimento teórico robusto que abarca desde as produções dos feminismos lésbicos e decoloniais até as teorias queer, oferecendo uma perspectiva ampliada e crítica sobre as múltiplas formas de viver as lesbianidades.

Enquanto Rich figura como referência quase unânime em boa parte da amostra analisada¹², o foco na colonialidade e nas interseccionalidades que atravessam corpos e constituem subjetividades ganha força nos diálogos com teóricas como Gloria Anzaldúa, Kimberlé Crenshaw, Carla Akotirene, Audre Lorde e María Lugones, entre outras. Essa adesão teórica evidencia um estranhamento produtivo das identidades, uma inquietação com as categorias fixas que perpassa todo o corpus, marcado por menções constantes à fluidez, multiplicidade e resistência frente a normatividades.

Produzidos por um coletivo de dezessete pesquisadoras e pesquisadores, esses nove trabalhos revelam as complexas intersecções entre feminismos lésbicos e teoria queer no campo da pesquisa em Comunicação. O acúmulo das dissidências de gênero e sexualidade, expressas por meio de performances que desconstruem o continuum gênero-sexo-desejo, abre espaço para abordar e confrontar as interseccionalidades que atravessam as categorias modernas de assujeitamento e subalternização.

Embora a questão da in/visibilidade lésbica continue sendo um desafio central, observa-se que os debates promovidos reverberam entre si sem se sobrepor, construindo, assim, caminhos inovadores e evitando a mera repetição de fórmulas já consagradas. Para o campo da Comunicação, esses trabalhos apresentam abordagens teórico-metodológicas que reconhecem o papel fundamental dos discursos na reprodução do assujeitamento, ao mesmo

¹² Não sendo citado apenas em “Lésbicas na Telenovela O Rebu: O Romance entre Glorinha e Roberta” (Fernandes, 2014).

tempo em que se comprometem com a desnaturalização das práticas e categorias sociais — por mais

3 Pistas para compreender as relações entre lesbianidades, queer e Comunicação

Ao longo do trabalho, evidenciamos que os estudos lésbicos foram essenciais para a construção da teoria queer, não apenas pelo pioneirismo das propostas de Glória Anzaldúa, mas também por articularem reflexões sobre gênero e sexualidade a partir de críticas fundamentais como a invisibilidade lésbica e a heterossexualidade compulsória, enriquecendo os debates contemporâneos sobre identidades.

Ao conectar os estudos em lesbianidades ao campo da Comunicação, podemos analisar como as produções midiáticas operam numa dimensão normativa que não apenas proíbe, mas também produz sentidos. Essas mídias disseminam representações das lesbianidades que, ao circularem, integram as identidades lésbicas de maneira plural, situada e, por isso, instável. Embora seu potencial pedagógico muitas vezes promova formas de vida normativas — especialmente cisheteronormativas —, que limitam e desencorajam outras expressões, também criam espaço para resistências e transformações.

O trecho destaca um avanço significativo nos estudos sobre lesbianidades ao explorar as produções audiovisuais, ultrapassando o foco tradicional na invisibilidade. Embora a reivindicação da invisibilidade lésbica tenha sido central para o pensamento lésbico, os estudos em Comunicação ampliam essa perspectiva ao investigar não apenas a ausência, mas também a forma como as aparições das lesbianidades ocorrem nas mídias. Analisam os sentidos mobilizados por essas representações e os imaginários sociais com os quais elas dialogam, enriquecendo o debate ao ir além do simples diagnóstico da falta, para compreender as dinâmicas complexas de visibilidade, representação e significado.

Nesse mesmo horizonte, a própria noção de lesbianidades se amplia nos trabalhos analisados. Ao atentarem para as características dessas aparições, as múltiplas formas de ser lésbica emergem, contribuindo para romper com concepções fixas e rígidas dessa identidade e ressaltando a instabilidade inerente à perspectiva queer. Além disso, é importante destacar que dimensões interseccionais, especialmente as que articulam questões raciais com sexualidade e

gênero, são recorrentes nas produções sobre lesbianidades no campo da Comunicação. Essa articulação contribui para pluralizar ainda mais o conceito de lesbianidades, aproximando-o de uma abordagem queer que valoriza a complexidade, a fluidez e a multiplicidade das experiências identitárias.

Entretanto, há um horizonte aberto para aproximar ainda mais o queer de nossas análises. Embora Rich (2010) seja uma referência imprescindível nos feminismos lésbicos, os estudos sobre pornografia demandam interlocuções que questionem e desestabilizem os sentidos tradicionais atribuídos ao pornô, assim como se faz com as categorias de gênero e sexualidade. Mesmo em seu tempo, as abordagens de Rich e Lorde sobre pornografia revelavam limitações — críticas que autoras como Rubin (1993) desenvolveram de forma contundente. Naquele período, ainda não se discutia — como hoje ocorre — a existência das chamadas pornografias feministas ou pós-pornô, mas já era possível identificar uma relação prescritiva e conservadora entre pornografia e as opressões de gênero e sexualidade.

Os fenômenos comunicacionais que analisamos exigem uma leitura situada, que considere contextos e temporalidades específicos, evitando as simplificações e generalizações que, por décadas, marcaram a produção acadêmica sobre identidades dissidentes. Essa perspectiva mais cuidadosa possibilita compreender as múltiplas camadas e contradições presentes nessas representações, abrindo espaço para análises mais nuançadas e transformadoras.

Acrescentamos que os estudos sobre lesbianidades na Comunicação, especialmente aqueles que se debruçam sobre representações, podem se beneficiar do conceito de homonormatividade, amplamente explorado pela teoria queer. De modo geral, esse conceito refere-se à reprodução de valores normativos por sujeitos e comunidades não heterossexuais (Duggan, 2002). Assim, embora haja uma dissidência nas dimensões afetiva e erótica, ela convive com a persistência de elementos como a branquitude, a monogamia e os padrões estéticos hegemônicos. Esses marcadores funcionam como mecanismos que facilitam a assimilação social das dissidências de gênero e sexualidade, alinhando-as a modelos normativos predominantes.

No corpus analisado, esses aspectos estão presentes em certa medida, ainda que o conceito de homonormatividade não seja explicitamente citado em nenhum dos textos. Nesse

contexto, destaca-se o trabalho de Nascimento da Silva (2020), que ao discutir a exibição — ou a ausência — de um beijo entre mulheres na televisão, ressalta que:

Ter ou não ter beijo nunca foi minha preocupação central. Ainda que, claro, eu possa ou não ter gritado na janela quando Fernanda Montenegro e Nathália Timberg se beijaram no capítulo de estreia da telenovela Babilônia, em 2015. O fato é que o beijo parece deslocar a discussão sobre quaisquer outros temas que nos atravessam. No caso das mulheres lésbicas, a questão não é sobre ser invisível, mas como ser visível (Silva, 2020, p. 74).

Em reflexão semelhante no campo da representatividade no *TikTok*, observa-se que a ativação de valores e padrões normativos torna um determinado tipo de lésbica mais visível do que outros (Ziller *et al.*, 2022c). Esse perfil privilegia a mulher branca, magra, sem deficiência e que exhibe ambientes domésticos cuidadosamente decorados. Curiosamente, essa visibilidade ocorre mesmo quando as próprias usuárias se identificam como *sapatão* — categoria historicamente usada para designar lésbicas consideradas fora do padrão.

Neste mesmo estudo, tornou-se evidente que a combinação da homonormatividade com a lógica algorítmica das plataformas de mídias sociais tem consolidado uma representação dominante da lesbianidade. Esse fenômeno persiste apesar do aumento significativo da produção midiática atual, impulsionada pelo maior acesso à tecnologia e pela anunciada descentralização na criação de conteúdo. Assim, entendemos que a ausência da dimensão da homonormatividade em análises sobre visibilidade midiática, como a presente, poderia resultar em uma compreensão parcial e incompleta da complexidade envolvida na questão.

Compreender as representações midiáticas de forma crítica exige, ainda, uma perspectiva histórica que ultrapasse o momento imediato da exposição para abarcar toda a trajetória de visibilização dos corpos e práticas dissidentes. Por exemplo, a aparição de Glorinha e Roberta na novela *O Rebu*, analisada por Fernandes (2014) especialmente no contexto da ditadura, pode ser vista como um avanço significativo para a época. Contudo, essa exposição também reproduz normas ao privilegiar uma relação entre duas mulheres brancas, magras, sem deficiência e de classe social privilegiada, o que revela como até representações consideradas positivas podem reforçar padrões excludentes e limitar a pluralidade das identidades dissidentes.

Para o autor Glorinha e Roberta simbolizaram uma verdadeira “quebra de paradigmas” (Fernandes, 2014, p. 78). Isso porque, além de abordar uma sexualidade não normativa, a novela apresentou uma cena emblemática em que a técnica da silhueta marcada foi usada como metáfora para um beijo, logo após as personagens embarcarem em um iate rumo a uma viagem sem destino. Conforme Fernandes, tal cena representa a “prova de que existe amor (e não um simples desejo) entre as duas” (Fernandes, 2014, p. 15), ressaltando uma profundidade afetiva rara para a época e no contexto restritivo da ditadura.

Embora seja fundamental reconhecer o contexto histórico em que *O Rebu* foi exibido, é importante também destacar o risco de afirmar uma *quebra de paradigmas* sem o respaldo de dados específicos sobre a presença de pessoas LGBT na mídia, especialmente lésbicas — foco da análise de Fernandes (2014). Nesse sentido, pesquisas mais recentes apontam para a persistência da invisibilidade lésbica, assim como daquelas mulheres bissexuais, com destaque para as mulheres negras, que continuam particularmente marginalizadas (Soares, 2017; Bastos; Alves, 2025).

Se, em 1974, a televisão apresentou a metáfora de um beijo, quarenta anos depois, na mesma emissora — a Globo — a evolução se limita a um beijo de apenas um segundo, protagonizado por Marina e Clara na novela *Em Família* (2014). Esse panorama é revelado pelo mapeamento de Raabe Bastos e Gabriela Santos Alves (2025), que destacam que, mais uma vez, a relação exibida é entre mulheres brancas e de classe média. De fato, ao considerarmos que o primeiro beijo entre mulheres na televisão brasileira ocorreu em 1963, na TV Tupi, com as personagens Karen e Martha, da novela *Calúnia* (Bastos; Alves, 2025), torna-se possível afirmar que a representação lésbica apresentada em *O Rebu* acabou por retroceder.

Por fim, é importante destacar que, desde 1974, as representações das relações entre mulheres na mídia têm sido marcadas por uma exposição tímida, caracterizada pela ausência de intimidade e por um comedimento rigoroso nas demonstrações afetivas. Na avaliação de Bastos e Alves (2025), esses vínculos tendem a se aproximar de relações quase fraternas, desprovidas de qualquer expressão de erotismo — apesar de as novelas das 21h frequentemente apresentarem cenas de sexo explícito.

Dessa forma, ao divergir da interpretação otimista de Fernandes (2014), podemos sugerir que Glorinha e Roberta foram pioneiras em abrir espaço para uma série de

personagens lésbicas ou bissexuais cuja sexualidade é praticamente apagada, negando-lhes a condição de sujeitos de desejo. O que se difunde, portanto, é a ideia de que entre mulheres deve haver amor em excesso e, ao mesmo tempo, um desejo — ainda que *simples* — insuficiente, consolidando uma visão que limita profundamente a representação das sexualidades femininas dissidentes.

Considerações finais

As bases pós-estruturalistas, especialmente foucaultianas, aliadas às perspectivas decoloniais que permeiam as produções mais recentes nos estudos sobre lesbianidades no campo da comunicação, desempenham um papel fundamental na desestabilização da noção tradicional de identidade lésbica, afastando-a de uma compreensão fixa e imutável. Nesse sentido, ao ampliar a compreensão das lesbianidades para além de uma identidade política delimitada, reconhecendo-as também como práticas cotidianas que se manifestam em produções midiáticas, torna-se possível apreender a mídia como um agente pedagógico crucial na formação e negociação das sexualidades (Ziller, Barretos e Xavier, 2023).

Para Butler, o gênero é uma “materialização contínua e incessante de possibilidades” (Butler, 2019, p. 216). Se ampliarmos essa noção para abarcar as sexualidades, uma vez que a heteronormatividade constitui o próprio gênero, é possível entender as lesbianidades a partir da chave das incessantes possibilidades. Há, assim, muitas formas de ser lésbica que a mídia como *ficção regulatória*, para seguir a linha conceitual butleriana, ajuda a constituir.

A mídia configura-se como parte integrante e constitutiva da experiência performativa do gênero. Como isso se manifesta nos trabalhos analisados? Observamos, em nosso corpus, que as abordagens se aproximam do queer na medida em que se distanciam de maneira mais contundente da cisheteronormatividade — não apenas em relação à orientação sexual em si, mas também em outros aspectos associados ao que Lorde denomina como *norma mítica*: o homem branco, magro, jovem, heterossexual, cristão e financeiramente privilegiado. Acrescentamos a essa norma mítica a expectativa de um corpo cisgênero e sem deficiência, ampliando o entendimento das dimensões normativas que moldam as representações e performances de gênero.

Nas perspectivas interseccionais, que revelam as múltiplas dimensões da experiência além da rigidez identitária; na evasão dos moralismos, que reconhece as práticas sexuais como parte fundamental da sexopolítica e também como espaços potentes de resistência; e na crítica implícita à homonormatividade das representações — mesmo quando seu conceito não é explicitamente nomeado —, emerge, nessas discussões, uma fluidez que conecta as lesbianidades à multidão queer descrita por Preciado (2011).

Entendemos que, além de sinalizarem uma aproximação ao pensamento queer, as características apontadas — concepções interseccionais, resistência aos moralismos e crítica à homonormatividade — deveriam constituir pilares fundamentais nas discussões em Comunicação, especialmente em produções que abordam gênero e sexualidade. É necessário transcender os limites do referencial teórico tradicional e consolidar o pensamento de gênero e sexualidade como uma epistemologia queer dentro da Comunicação, capaz de problematizar categorias fixas, ampliar perspectivas e fomentar a pluralidade e a fluidez identitária no campo midiático¹³.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ANZALDÚA, Glória. *A vulva é uma ferida aberta & Outros Ensaios*. Tradução de Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2021.

ANZALDÚA, Glória. *Borderlands/La frontera: The new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 2007.

BACCHETTA, Paola; FALQUET, Jules; ALARCÓN, Norma. Théories féministes et queers décoloniales: Interventions Chicanas et Latinas états-uniennes. *Les Cahiers du CEDREF*, n. 18, p. 7-40, 2011.

BARRETOS, Dayane do Carmo; XAVIER, Kellen do Carmo; BETTONI, Isabella; ZILLER, Joana; HOKI, Leíner. A importância de um olhar interseccional nas pesquisas em plataformas digitais: análises sobre lesbianidades. *Revista Mídia e Cotidiano*, 2022.

BASTOS, Raabe; ALVES, Gabriela Santos. Às Claras: lesbianidades nas telenovelas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 8, n. 23, p. 1-24, 2025.

BRANDÃO, Alessandra Soares; SOUSA, Ramayana Lira de. Bodylands para além da in/visibilidade lésbica no cinema: brincando com água. *Rebeca – Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual*,

¹³ Essa afirmação é inspirada em fala de Itânia Gomes, no GT Comunicação, Gêneros e Sexualidades, durante o 33º Encontro Anual da Compós.

v. 9, n. 2, p. 98–118, jul./dez. 2020. Disponível em:

<https://rebeca.emnuvens.com.br/1/article/view/747>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BUTLER, Judith. *Desfazendo gênero*. Tradução de Victor Galdino *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2023.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. *Caderno de Leituras*, n. 78, 2019.

LAURETIS, Teresa de . La tecnología del género. *Mora*, v. 2, p. 6–34, 1996.

DUGGAN, Lisa. The new homonormative: the sexual politics of neoliberalism. In: CASTRONOVO, Russ; NELSON, Dana D. *Materializing democracy: toward a revitalized cultural politics*. Durham: Duke University Press, 2002. p. 175–194.

FERNANDES, Guilherme Moreira. Lésbicas na Telenovela O Rebu: O Romance entre Glorinha e Roberta. *Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, [S. l.], v. 1, n. 8, 2014. DOI: 10.5380/am.v1i8.37920. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/37920>. Acesso em: 25 abr. 2025.

HIRSCH, Marianne. Adrienne Rich. Disponível em: <https://jwa.org/weremember/rich-adrienne>. Acesso em: 1 dez. 2024.

LAHNI, C. R.; AUAD, D. Flores Raras – Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S. l.], v. 21, n. 39, 2022. DOI: 10.55738/alaic.v21i39.865. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/865>. Acesso em: 25 abr. 2025.

LIMA, Marília Xavier de; LYRA, Maria Bernadette Cunha de; MAGNO, Maria Ignês Carlos. A performance queer na dupla encenação do filme *The Watermelon Woman*. *Contemporanea*, Salvador, v. 16, n. 1, p. 1–15, jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/25959>. Acesso em: 25 abr. 2025.

LORDE, Audre. *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Berkeley: Crossing Press, 2007.

LORDE, Audre. There Is no Hierarchy of Oppressions. *Interracial Books for Children Bulletin*, v. 14, n. 3-4, p. 9, 1983.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: TEIXEIRA, Heloísa (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 51–81.

MOITA, Júlia; AHLERT, Martina. Lesbianidade, identidade e Teoria Queer. *Caderno Espaço Feminino*, v. 36, n. 1, p. 189–202, 2023.

MULVEY, Laura. Prazer visual e cinema narrativo. In: XAVIER, Ismail (Org.). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.

PONTES, Norma Bahia. Do Cinema Novo ao vídeo lésbico feminista: a trajetória de Norma Bahia Pontes. *Rebeca – Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual*, v. 9, n. 1, p. 1–15, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://rebeca.emnuvens.com.br/1/article/view/692>. Acesso em: 25 abr. 2025.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Tradução de Cleiton Zóia Münchow; Viviane Teixeira Silveira. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 1, p. 11–20, 2011.

REA, Caterina. Pensamento Lésbico e Formação da Crítica Queer of Color. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 4, n. 2, p. 117–133, 2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas*, v. 4, n. 5, p. 17–44, 2010.

RUBIN, Gayle. *Políticas do Sexo*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle Aina; HALPERIN, David M. (Eds.). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. New York; London: Routledge, 1993. p. 3–44.

SOARES, Naira Évine Pereira. “Para eles eu não existo” – A invisibilidade da negra não heterossexual nas telenovelas brasileiras. *Periódicos*, v. 1, n. 7, p. 248–262, 2017.

VIEIRA FILHO, M. J.; FONSECA, M. G. C. Corpos, gênero e sexualidade em telas: tensionamentos e atravessamentos na tessitura de memórias na pornografia. *Culturas Midiáticas*, [S. l.], v. 16, p. 22, 2022. DOI: 10.22478/ufpb.2763-9398.2022v16n.60909. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/60909>. Acesso em: 25 abr. 2025.

WITTIG, Monique. *The Straight Mind and Other Essays*. Boston: Beacon Press, 1992.

ZILLER, Joana; BARRETOS, Dayane do Carmo; XAVIER, Kellen do Carmo; BETTONI, Isabella; HOKI, Leíner. O algoritmo anti-interseccional: contribuições do pensamento lésbico para análises em plataformas. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 21, n. 39, p. 221–232, 2022b.

ZILLER, Joana; BARRETOS, Dayane do Carmo; XAVIER, Kellen do Carmo; HOKI, Leíner. Sapatão+: lesbianidades negras, gordas, mais velhas e com deficiência nas plataformas de mídias sociais.

Paula Silveira-Barbosa - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Doutoranda em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduada em Jornalismo, Universidade de Brasília (UnB). Bolsista CNPq.

Dayane do Carmo Barretos - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Doutora em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Comunicação, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Graduada em Jornalismo, UFOP. Professora na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Raabe César Moreira Bastos - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Mestranda em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Jornalismo, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista Capes.

Kellen do Carmo Xavier - Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

Doutora em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Comunicação Midiática, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Publicidade e Propaganda, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), campus Divinópolis.

Joana Ziller - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Doutora em Ciências da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Ciências da Informação, UFMG. Graduada em Comunicação Social, UFMG. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).